

INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

NOVEMBRO/2012

Volume 24 • Número 11



Artigo

A Evolução da Contribuição
para a Previdência

Nota técnica

Resultado do RGPS
de Outubro/2012

Expediente

Ministro da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Secretário Executivo
Carlos Eduardo Gabas

Secretário de Políticas de Previdência Social
Leonardo José Rolim Guimarães

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Rogério Nagamine Costanzi

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Otoni Gonçalves Guimarães

Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
Cid Roberto Bertozzo Pimentel

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários
Emanuel de Araújo Dantas

Corpo Técnico
Arivania Farias Ferreira
Carolina Verissimo Barbieri
Edvaldo Duarte Barbosa
Graziela Ansiliero
Vinicius de Oliveira Santos Pires.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Correspondência

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco “F” - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408
E-mail: cgep@previdencia.gov.br



Artigo

A EVOLUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA

Rogério Nagamine Costanzi

Mestre em Economia pelo IPE/USP e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal desde janeiro de 2000. O autor teve passagens pelo Ministério da Previdência Social (ex Assessor Especial do Ministro, Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários e atualmente Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social), Ministério do Trabalho e Emprego (ex Assessor Especial do Ministro e ex Coordenador-Geral de Emprego e Renda), Ministério do Desenvolvimento Social (ex Coordenador-Geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro Único), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

1- INTRODUÇÃO

Após uma década de redução da cobertura previdenciária nos anos 90, em função da combinação de baixo crescimento econômico com baixa elasticidade emprego produto, nos anos 2000 se observa um quadro mais positivo, entre outros fatores, de um melhor desempenho da economia e uma maior/melhor sensibilidade do emprego formal em relação às variações do PIB. Embora o crescimento econômico sustentado tenha sido um fator fundamental para o incremento da cobertura, também houve ação de outros fatores como, por exemplo, as políticas de inclusão previdenciária como o Plano Simplificado e o Microempreendedor Individual (MEI) que, em conjunto, atuaram no sentido de ampliar a proteção entre os chamados trabalhadores por conta própria, autônomos ou contribuintes individuais.

O presente artigo busca apresentar, de forma sintética, os dados de registros administrativos, fazendo uma análise inicial das causas ligadas a essa evolução. O presente artigo está organizado da seguinte forma: a) na segunda seção serão apresentados os dados da evolução dos contribuintes pessoas físicas para a Previdência Social que têm como fonte registros administrativos; b) na terceira seção serão apresentados os dados de contribuição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE; c) na quarta seção serão apresentadas as considerações finais.

2- EVOLUÇÃO DOS CONTRIBUINTES PESSOA FÍSICA PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL COM DADOS DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS

Como pode ser visto pela tabela 1, a quantidade de pessoas físicas que fizeram pelo menos uma contribuição no ano para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu de cerca de 39,85 milhões, em 2003, para 64,3 milhões em 2011, ou seja, uma alta de 61,3% ou de 24,4 milhões. Em termos de crescimento médio anual, a alta foi de 6,2% a.a., sendo que em valores absolutos o incremento foi de cerca 3,1 milhões a mais de contribuintes por ano entre 2003 e 2011. Em quase todos os anos a alta foi superior a esta média, exceto 2004, 2006 e 2009. Em outros anos, contudo, a taxa foi ainda mais elevada tendo chegado a 8% ou próximo de 8% em anos como 2008 e 2010. Em 2011, o incremento foi de 6,8%, em um ano em que o crescimento econômico ficou em 2,7%. Em termos absolutos, houve um incremento de contribuintes pessoas físicas de cerca de 4,1 milhões em 2011.

Tabela 1
Contribuintes Pessoas Físicas com pelo Menos uma Contribuição no Ano para Previdência Social (RGPS)

Fonte: Ministério da Previdência Social/MPS.

ANO	CONTRIBUINTES PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO ANUAL EM %	VARIAÇÃO ANUAL ABSOLUTA	VARIAÇÃO EM% ACUMULADA EM RELAÇÃO A 2003	VARIAÇÃO ABSOLUTA EM RELAÇÃO A 2003
2003	39.850.452	---	---	---	---
2004	42.084.323	5,61	2.233.871	5,6	2.233.871
2005	45.035.035	7,01	2.950.712	13,0	5.184.583
2006	46.676.737	3,65	1.641.702	17,1	6.826.285

ANO	CONTRIBUENTES PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO ANUAL EM %	VARIAÇÃO ANUAL ABSOLUTA	VARIAÇÃO EM% ACUMULADA EM RELAÇÃO A 2003	VARIAÇÃO ABSOLUTA EM RELAÇÃO A 2003
2007	49.936.338	6,98	3.259.601	25,3	10.085.886
2008	53.964.928	8,07	4.028.590	35,4	14.114.476
2009	55.877.835	3,54	1.912.907	40,2	16.027.383
2010	60.197.924	7,73	4.320.089	51,1	20.347.472
2011	64.292.255	6,80	4.094.331	61,3	24.441.803

Em 2011, as regiões Norte (+8,4%), Nordeste (+8,0%) e Centro-Oeste (+7,8%) tiveram crescimento acima da média, enquanto o Sul (+6,4%) e Sudeste (+6,1%) tiveram incremento inferior à média nacional (6,8%). As unidades da Federação que tiveram o maior crescimento de contribuintes pessoas físicas foram Pernambuco (+10,7%), Rondônia (+10,2%), Alagoas (+9,5%), Goiás (+9,2%) e Pará (+9,1%), enquanto aquelas que tiveram o menor incremento foram Rio de Janeiro (+5,4%), Distrito Federal (+5,4%), Rio Grande do Norte (+5,5%), Paraíba (+5,6%), Santa Catarina (+5,7%), Espírito Santo (+ 5,8%) e Rio Grande do Sul (+5,9%). Apenas um estado teve redução do número de contribuintes: Acre com queda de 1,2%. Portanto, de modo geral, o crescimento foi generalizado, e as Unidades com menor incremento de contribuintes cresceram no patamar de 5%, sendo a única exceção o estado do Acre.

Outra possibilidade é fazer a análise do crescimento tendo em consideração o número médio mensal de contribuintes, que certamente é um número até mais relevante que o de pessoas com apenas uma contribuição, pois denota a questão da regularidade. Como pode ser visto pela tabela 2, o número médio mensal de contribuintes cresceu de cerca de 28,8 milhões, em 2003, para cerca de 47,5 milhões em 2011, um incremento relativo de 64,8% (média anual de 6,4% a.a.) e absoluto de cerca de 18,7 milhões (média anual de 2,3 milhões). No ano de 2011, o incremento do número médio mensal de contribuintes foi de cerca de 6,9%, enquanto em termos absolutos o aumento foi de cerca de 3,1 milhões a mais de contribuintes pessoas físicas.

ANO	CONTRIBUENTES PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO ANUAL EM %	VARIAÇÃO ANUAL ABSOLUTA	VARIAÇÃO EM% ACUMULADA EM RELAÇÃO A 2003	VARIAÇÃO ABSOLUTA EM RELAÇÃO A 2003
2003	28.793.912	---	---	---	---
2004	30.875.569	7,2	2.081.657	7,2	2.081.657
2005	32.784.373	6,2	1.908.804	13,9	3.990.461
2006	33.604.161	2,5	819.788	16,7	4.810.249
2007	36.731.537	9,3	3.127.376	27,6	7.937.625

Tabela 1 (continuação)

Contribuintes Pessoas Físicas com pelo Menos uma Contribuição no Ano para Previdência Social (RGPS)

Fonte: Ministério da Previdência Social/MPS.

Tabela 2

Número Médio Mensal de Contribuintes Pessoas Físicas para Previdência Social (RGPS)

Fonte: Ministério da Previdência Social/MPS.

Tabela 2 (continuação)

Número Médio Mensal
de Contribuintes Pessoas
Físicas para Previdência
Social (RGPS)

Fonte: Ministério da
Previdência Social/MPS.

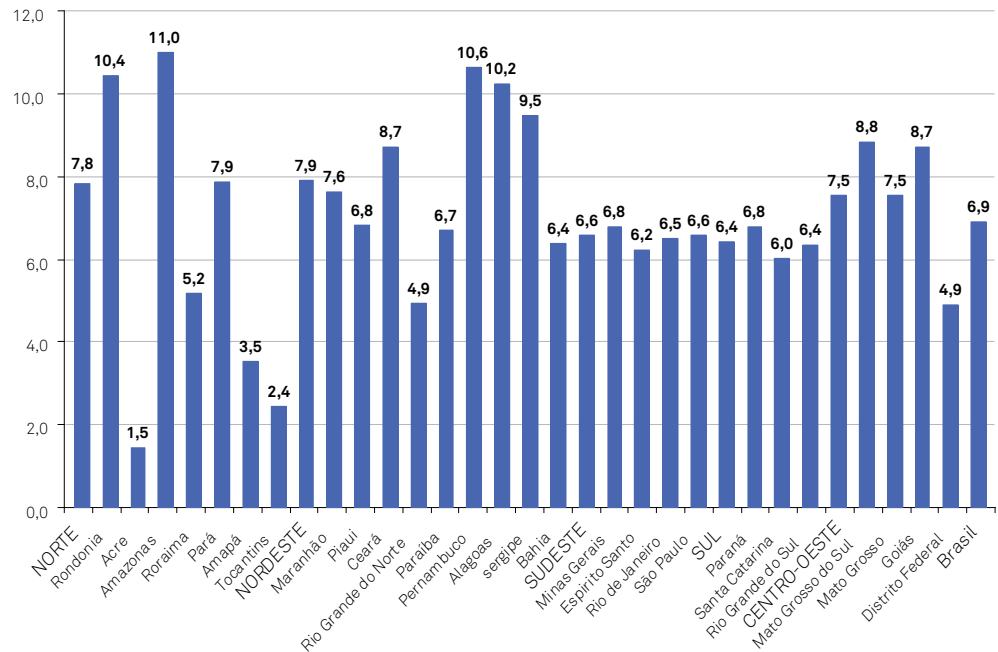
ANO	CONTRIBUENTES PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO ANUAL EM %	VARIAÇÃO ANUAL ABSOLUTA	VARIAÇÃO EM% ACUMULADA EM RELAÇÃO A 2003	VARIAÇÃO ABSOLUTA EM RELAÇÃO A 2003
2008	39.943.052	8,7	3.211.515	38,7	11.149.140
2009	41.045.142	2,8	1.102.090	42,5	12.251.230
2010	44.406.673	8,2	3.361.531	54,2	15.612.761
2011	47.465.918	6,9	3.059.245	64,8	18.672.006

Em 2011, como pode ser visto pelo gráfico 1 e tabela no anexo, os resultados pela média mensal foram muito similares aos observados com pelo menos uma contribuição, e novamente os maiores incrementos foram os registrados para o Nordeste (+7,9%), Norte (+7,8%) e Centro-Oeste (+7,5%), que tiveram crescimento acima da média nacional (+6,9%), enquanto o Sul (+6,4%) e Sudeste (+6,6%) tiveram incremento inferior à média. As unidades da Federação que tiveram o maior crescimento de contribuintes pessoas físicas foram Amazonas (+11%), Pernambuco (+10,6%), Rondônia (+10,4%) e Alagoas (+10,2%), enquanto aquelas que tiveram o menor incremento foram Acre (+1,5%), Tocantins (+2,4%), Amapá (+3,5%), Distrito Federal (+4,9%) e Rio Grande do Norte (+4,9%). Portanto, de modo geral, o crescimento foi generalizado.

Gráfico 1

Evolução do Número
Médio Mensal de
Contribuintes RGPS
2011/2010 em %

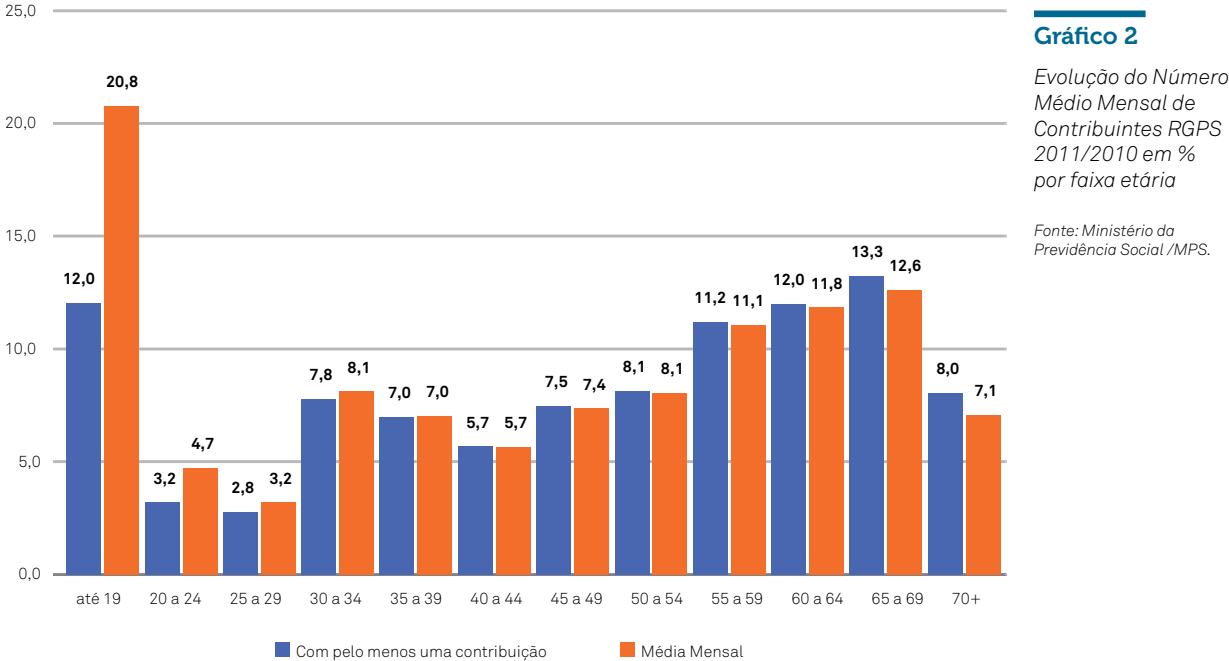
Fonte: Ministério da
Previdência Social /MPS.



Além disso, a análise por gênero mostrou um ritmo maior de incremento de contribuintes entre as mulheres do que entre os homens: a) com pelo menos uma contribuição, o incremento entre as primeiras foi de 7,6% contra 5,3% dos últimos, na comparação de 2011 com 2010; b) com o número médio mensal de contribuintes, o incremento entre as mulheres, entre 2010 e 2011, foi de 8% vis-à-vis 6% dos homens.

Também, como pode ser visto pelo gráfico 2, no tocante ao incremento de contribuintes por faixa etária, o maior ritmo de incremento entre 2010 e 2011 se deu nos dois extremos da distribuição etária, ou seja, entre aqueles mais jovens (até 19 anos) e aqueles com idade mais avançada, em especial com 55 anos ou mais de idade.

Os resultados diferenciados do ponto de vista regional, por gênero e por faixa etária refletem, em algum grau, o próprio desempenho da geração de empregos formais em relação às variáveis citadas.



O forte crescimento do número de contribuintes no período entre 2003 e 2011 certamente está ligado ao bom desempenho no mercado formal de trabalho. O número de segurados empregados com pelo menos uma contribuição aumentou de cerca de 31,5 milhões, em 2003, para 51,85 milhões em 2011 - alta de 20,4 milhões e +64,8%. Em termos de média anual, o incremento foi de 6,4% a.a..

Considerando o número médio mensal de segurados empregados, o crescimento de contribuintes também é expressivo: de 22,7 para 38,2 milhões, um incremento absoluto de cerca de 15,5 milhões e relativo de 68,1% (média anual de + 6,7% a.a.).

Além do mercado formal do trabalho também pesou a favor do incremento da contribuição previdenciária o aumento do número de trabalhadores por conta própria ou autônomos: os chamados contribuintes individuais com pelo menos uma contribuição para previdência no ano passaram de cerca de 7 milhões, em 2003, para 11,3 milhões em 2011, ou seja, uma alta absoluta de 4,3 milhões e relativa de 62,4% (média anual de + 6,2%a.a.).

De 2010 para 2011, o número de contribuintes individuais com pelo menos uma contribuição no ano saltou de cerca de 10,5 para 11,3 milhões de contribuintes (alta de 8,1%). Do total de 11,3 milhões, cerca de 2 milhões estavam no Plano Simplificado e 1 milhão eram Microempreendedores Individuais (MEIs). Portanto, as contribuições simplificadas de 11% e 5% do salário mínimo totalizaram, em 2011, cerca de 3 milhões de contribuintes individuais. As diferenças entre Plano Simplificado e MEI também se notam no perfil por gênero: enquanto as mulheres respondiam por cerca de 48% dos MEIs com pelo menos uma contribuição, no Plano Simplificado esse percentual cresce para 66%.

2- EVOLUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA COM DADOS DE PESQUISA NACIONAL DOMICILIAR (PNAD)

Entre 2009 e 2011, segundo dados da PNAD, o número de trabalhadores ocupados que contribuía para Previdência cresceu de cerca de 49,6 milhões para cerca de 54,7 milhões (alta absoluta de 5,1 milhões e relativa de +10,3%).

A análise por gênero mostrou um incremento maior de contribuintes entre as mulheres (+11,8%) que entre os homens (+9,3%) no período entre 2009 e 2011. Esse aumento maior dos contribuintes entre o sexo feminino reflete o melhor desempenho da geração de empregos formais entre as mulheres vis-à-vis os homens.

Tabela 3

Trabalhadores Ocupados com Contribuição para Previdência PNAD 2009 e 2011 (em mil trabalhadores)

Fonte: PNAD/IBGE

ITEM	2009	2011	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Trabalhadores Ocupados com Contribuição para Previdência	49.567	54.687	+ 5.120	10,30%
Percentual de Trabalhadores Ocupados de 10 anos ou mais de idade com Contribuição para Previdência	53,50%	58,50%	5,00%	-

Do ponto de vista de posição na ocupação, quase a totalidade do incremento do número de contribuintes se explica pelo incremento dos empregados com carteira de trabalho assinada (sem considerar trabalhadores domésticos) e trabalhadores por conta própria. Do total de incremento de 5,120 milhões de contribuintes entre 2009 e 2011, cerca de 3,9 milhões eram empregados com carteira de trabalho assinada (76,4% do total) e cerca de 1,2 milhão eram trabalhadores por conta própria (23,1% do total). Esse resultado reforça que o bom desempenho do número de contribuintes para Previdência está ligado, principalmente, ao bom desempenho do mercado formal de trabalho, tendo em vista o crescimento do estoque de emprego com carteira em 12,1% entre 2009 e 2011. No mesmo período, o número de trabalhadores por conta própria cresceu 36,7%, passando de 3,2 para 4,4 milhões. Entre as razões deste

crescimento podem ser citadas as políticas de inclusão previdenciária voltadas para esse público, em especial, o MicroEmpreendedor Individual (MEI) e o Plano Simplificado.

Do ponto de vista de setor de atividade econômica, o maior incremento da contribuição para previdência se deu nos setores de construção, comércio, alojamento e alimentação e transporte, armazenagem e comunicação. Portanto, de um modo geral, o incremento do número de contribuintes ocorreu principalmente no setor terciário, sendo a única exceção o segmento da construção civil. Tal resultado reflete o próprio desempenho do mercado de trabalho, com maior expansão no setor de serviços e comércio e um desempenho menos favorável na indústria.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bom desempenho do mercado formal de trabalho desde meados dos anos 2000 tem propiciado um expressivo número de trabalhadores contribuintes para Previdência Social, fato que é confirmado tanto por dados de registros administrativos, quanto por informações advindas de pesquisas domiciliares como a PNAD. Além do bom desempenho do mercado formal de trabalho, também se nota um incremento relevante de contribuintes entre os chamados trabalhadores por conta própria ou autônomos. Nesse último caso existe um impacto positivo de políticas de inclusão previdenciária como os citados MEI e o Plano Simplificado.

De qualquer forma, o movimento de ampliação de contribuintes é positivo, tanto pelo fato de ampliar a proteção social, como também, no curto prazo, reforçar a arrecadação previdenciária, embora tenda a gerar a médio e longo prazos um fluxo maior de despesa com benefícios no âmbito do RGPS.

Em 2011, o número de contribuintes pessoas físicas para o RGPS aumentou quase 7%, tanto considerando pelo menos uma contribuição quanto pelo critério do número médio mensal, um resultado altamente expressivo e bem acima do patamar de crescimento econômico observado. Tal fato reflete uma sensibilidade muito elevada e positiva do mercado formal de trabalho em relação ao incremento da produção, sendo que o emprego vem crescendo em ritmo superior ao PIB. Em termos mais técnicos, o Brasil tem uma elasticidade emprego produto maior que um o que, muito provavelmente, não irá permanecer de forma indefinida ou mesmo a médio e longo prazo. Apesar da possibilidade de uma redução da elasticidade emprego-produto para os próximos anos, as perspectivas para o período de 2012 a 2014 continuam positivas. Em 2012, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam para geração de cerca de 1,6 milhão de empregos com carteira assinada no período de janeiro a setembro, denotando a continuidade de uma elevada elasticidade emprego-produto em 2012. Já para o biênio 2013/2014, deve ocorrer uma aceleração do crescimento econômico, em relação a 2012, que certamente irá contribuir para a expressiva expansão dos contribuintes que vem sendo observada desde meados dos anos 2000.

ANEXO I

*Tabela Contribuintes
Pessoas Físicas com pelo
menos uma contribuição
RGPS 2010 e 2011 Brasil*

*Fonte: Ministério da
Previdência Social/MPS.*

REGIÃO / UF	2010	2011	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA EM %
NORTE	2.807.684	3.044.201	236.517	8,4
Rondônia	398.131	438.933	40.802	10,2
Acre	139.802	138.127	-1.675	-1,2
Amazonas	655.303	713.531	58.228	8,9
Roraima	86.790	93.089	6.299	7,3
Pará	1.122.314	1.224.756	102.442	9,1
Amapá	110.615	119.818	9.203	8,3
Tocantins	294.729	315.947	21.218	7,2
NORDESTE	9.753.241	10.532.912	779.671	8,0
Maranhão	685.753	736.971	51.218	7,5
Piauí	448.180	479.180	31.000	6,9
Ceará	1.620.541	1.763.094	142.553	8,8
Rio Grande do Norte	694.295	732.189	37.894	5,5
Paraíba	702.696	741.991	39.295	5,6
Pernambuco	1.809.450	2.002.685	193.235	10,7
Alagoas	530.025	580.342	50.317	9,5
Sergipe	438.731	475.813	37.082	8,5
Bahia	2.823.570	3.020.647	197.077	7,0
SUDESTE	32.130.617	34.175.703	2.045.086	6,4
Minas Gerais	6.881.172	7.346.156	464.984	6,8
Espírito Santo	1.252.374	1.325.533	73.159	5,8
Rio de Janeiro	5.638.189	5.943.383	305.194	5,4
São Paulo	18.358.882	19.560.631	1.201.749	6,5
SUL	10.632.848	11.283.605	650.757	6,1
Paraná	3.857.212	4.114.745	257.533	6,7
Santa Catarina	2.830.533	2.990.725	160.192	5,7
Rio Grande do Sul	3.945.103	4.178.135	233.032	5,9
CENTRO-OESTE	4.789.310	5.164.176	374.866	7,8
Mato Grosso do Sul	739.669	805.003	65.334	8,8
Mato Grosso	965.931	1.041.558	75.627	7,8
Goiás	1.794.374	1.958.893	164.519	9,2
Distrito Federal	1.289.336	1.358.722	69.386	5,4
Brasil	60.197.924	64.292.255	4.094.331	6,8

REGIÃO / UF	2010	2011	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA EM %
NORTE	1.918.658	2.068.702	150.044	7,8
Rondônia	268.834	296.882	28.048	10,4
Acre	88.233	89.517	1.284	1,5
Amazonas	449.541	498.888	49.347	11,0
Roraima	61.418	64.592	3.174	5,2
Pará	769.121	829.642	60.521	7,9
Amapá	73.890	76.486	2.596	3,5
Tocantins	207.621	212.695	5.074	2,4
NORDESTE	7.003.502	7.557.639	554.137	7,9
Maranhão	468.467	504.176	35.709	7,6
Piauí	330.349	352.952	22.603	6,8
Ceará	1.180.121	1.283.040	102.919	8,7
Rio Grande do Norte	508.263	533.261	24.998	4,9
Paraíba	504.230	538.078	33.848	6,7
Pernambuco	1.279.504	1.415.600	136.096	10,6
Alagoas	364.396	401.658	37.262	10,2
Sergipe	319.604	349.882	30.278	9,5
Bahia	2.048.567	2.178.994	130.427	6,4
SUDESTE	24.061.023	25.646.638	1.585.615	6,6
Minas Gerais	5.087.865	5.433.810	345.945	6,8
Espírito Santo	921.377	978.833	57.456	6,2
Rio de Janeiro	4.128.838	4.397.274	268.436	6,5
São Paulo	13.922.942	14.836.721	913.779	6,6
SUL	8.064.002	8.580.950	516.948	6,4
Paraná	2.898.042	3.094.107	196.065	6,8
Santa Catarina	2.164.602	2.294.791	130.189	6,0
Rio Grande do Sul	3.001.358	3.192.052	190.694	6,4
CENTRO-OESTE	3.298.554	3.546.939	248.385	7,5
Mato Grosso do Sul	526.410	572.979	46.569	8,8
Mato Grosso	667.679	717.990	50.311	7,5
Goiás	1.263.711	1.373.981	110.270	8,7
Distrito Federal	840.754	881.989	41.235	4,9
Brasil	44.406.673	47.465.918	3.059.245	6,9

ANEXO II

Tabela Número Médio Mensal de Contribuintes Pessoas Físicas RGPS 2010 e 2011 Brasil

Fonte: Ministério da Previdência Social/MPS.

Receitas e Despesas



Saldo Previdenciário e Arrecadação



Resultado das Áreas Urbana e Rural



NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE OUT/2012)	
No mês (Out/2012)	R\$ 2,82 bilhões
Acumulado em 2012	R\$ 42,89 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 42,21 bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Em outubro de 2012, a arrecadação líquida urbana, somada à arrecadação COMPREV, foi de R\$ 21,9 bilhões, crescimento de 3,1% (+R\$ 656,8 milhões), frente a setembro de 2012, e elevação de 3,2% (+R\$ 670,7 milhões), quando comparado a outubro de 2011, o que é reflexo, em boa medida, do crescimento do mercado de trabalho formal registrado nos últimos anos. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 462,6 milhões, queda de 7,9% (-R\$ 39,7 milhões) em relação ao mês anterior e, também, decréscimo de 7,9% (-R\$ 39,5 milhões) frente a outubro de 2011, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2011 e 2012) – Outubro/2011, Setembro/2012, Outubro/2012 e Acumulado Janeiro a Outubro (2011 e 2012) – em R\$ milhões de Outubro/2012 – INPC

	OUT-11 (A)	SET-12 (B)	OUT-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A OUT)		VAR. %
						2011	2012	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3)	21.750,1	21.764,1	22.381,3	2,8	2,9	205.339,7	219.616,6	7,0
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	21.247,8	21.261,6	21.911,7	3,1	3,1	200.586,4	214.814,7	7,1
1.2 Arrecadação Líquida Rural	502,1	502,2	462,6	(7,9)	(7,9)	4.751,6	4.790,8	0,8
1.3 Comprev	0,2	0,3	7,0	2.229,6	4.360,6	1,7	11,1	556,1
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	23.157,7	32.964,0	25.200,0	(23,6)	8,8	244.332,5	262.510,6	7,4
2.1 Benefícios Previdenciários	22.704,9	32.474,0	24.629,4	(24,2)	8,5	236.399,0	254.897,4	7,8
2.1.1 Urbano	17.793,0	25.916,7	19.088,2	(26,3)	7,3	184.467,1	197.122,7	6,9
2.1.2 Rural	4.911,9	6.557,3	5.541,2	(15,5)	12,8	51.931,9	57.774,7	11,3
2.2 Passivo Judicial	335,1	370,2	450,6	21,7	34,5	6.768,0	6.409,9	(5,3)
2.2.1 Urbano	262,6	295,4	349,2	18,2	33,0	5.275,5	4.964,5	(5,9)
2.2.2 Rural	72,5	74,8	101,4	35,6	39,8	1.492,5	1.445,4	(3,2)
2.3 Comprev	117,7	119,8	120,0	0,1	1,9	1.165,5	1.203,4	3,2
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(1.407,6)	(1.199,9)	(2.818,7)	(74,8)	100,2	(38.992,8)	(42.894,0)	10,0
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	3.074,7	(5.070,0)	2.361,3	(146,6)	(23,2)	9.680,0	11.535,3	19,2
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(4.482,3)	(6.129,9)	(5.180,0)	(15,5)	15,6	(48.672,8)	(54.429,3)	11,8

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPSPS/MPS

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi de R\$ 19,6 bilhões, em outubro de 2012, queda de 25,5% (-R\$ 6,5 bilhões) em relação ao mês anterior e crescimento de 7,6% (+R\$ 1,4 bilhão), quando comparado a outubro de 2011. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 5,6 bilhões em outubro de 2012, queda de 14,9% (-R\$ 989,5 milhões), frente a setembro de 2012 e crescimento de 13,2% (+R\$ 658,2 milhões), entre outubro de 2012 e o mês correspondente de 2011. A queda na despesa de outubro,

na comparação com o mês anterior, é explicada pela antecipação da metade do 13º salário pago naquele mês, com valor em torno de R\$ 7,7 bilhões para a clientela urbana e de R\$ 1,2 bilhão para o meio rural. No mês de agosto de 2012 já havia sido paga uma parte da antecipação dos benefícios previdenciários com renda mensal no valor de até um salário mínimo, conforme determina a Lei nº 11.665, de 29/04/2008, no valor de R\$ 2,5 bilhões.

Em outubro de 2012, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 2,4 bilhões, queda de 23,2% (-R\$ 713,3 milhões) em relação a outubro de 2011. Já a clientela rural registrou uma necessidade de financiamento de R\$ 5,2 bilhões, que é decorrente, principalmente, da importante política previdenciária no campo que estabeleceu, em função das peculiaridades da agricultura familiar, uma quebra de paridade entre contribuição devida ao sistema e pagamento de benefícios, conforme destacado mensalmente na divulgação do resultado do Regime Geral de Previdência Social.

De janeiro a outubro de 2012, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprev, somou R\$ 214,8 bilhões, elevação de 7,1% (+R\$ 14,2 bilhões), frente ao mesmo período de 2011. A arrecadação rural foi de R\$ 4,8 bilhões, crescimento de 0,8% (+R\$ 39,2 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 203,3 bilhões, crescimento de 6,5% (+R\$ 12,4 bilhões) frente ao mesmo período de 2011, e a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 59,2 bilhões, crescimento de 10,8% (+R\$ 5,8 bilhões). No acumulado de 2012, o meio urbano somou um superávit de R\$ 11,5 bilhões. Já no meio rural, foi registrado uma necessidade de financiamento de R\$ 54,4 bilhões, 11,8% (+R\$ 5,8 bilhões) superior ao valor registrado no mesmo período de 2011. A necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é, conforme já exposto, consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

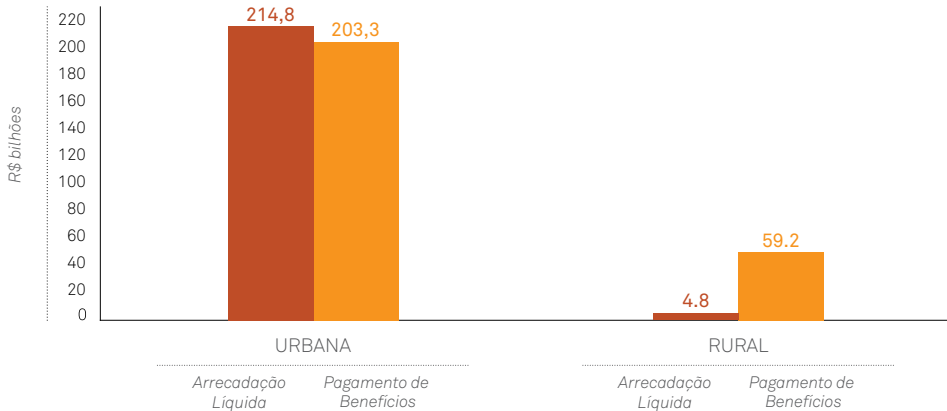


Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Outubro - R\$ bilhões de Outubro/2012 - INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

Resultado em Conjunto das Áreas Urbana e Rural



A arrecadação líquida da Previdência Social, em outubro de 2012, foi de R\$ 22,4 bilhões, crescimento de 2,8% (+R\$ 617,1 milhões) em relação à de setembro de 2012, e de 2,9% (+R\$ 631,2 milhões), frente a outubro de 2011. As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 25,2 bilhões, queda de 23,6% (-R\$ 7,8 bilhões) em relação ao mês anterior e crescimento de 8,8% (+R\$ 2,0 bilhões), quando comparado ao mês correspondente de

2011, o que resultou uma necessidade de financiamento de R\$ 2,8 bilhões, crescimento de 100,2% (+R\$ 1,4 milhão) entre outubro de 2012 e o mês correspondente de 2011, conforme pode ser visto na Tabela 2.

TABELA 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Outubro/2011, Setembro/2012, Outubro/2012 e Acumulado de Janeiro a Outubro (2010 e 2011) – Valores em R\$ milhões de Outubro/2012 - INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPPS/MPS

	OUT-11 (A)	SET-12 (B)	OUT-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A OUT)		VAR. %
						2011	2012	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	21.750,1	21.764,1	22.381,3	2,8	2,9	205.339,7	219.616,7	7,0
1.1. Receitas Correntes	22.456,7	22.534,6	23.292,3	3,4	3,7	217.113,5	230.887,2	6,3
Pessoa Física (1)	775,6	809,2	853,7	5,5	10,1	7.639,0	8.217,4	7,6
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	896,7	1.004,5	1.106,0	10,1	23,3	8.525,5	9.847,3	15,5
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.858,2	2.022,5	2.008,5	(0,7)	8,1	17.769,2	19.296,5	8,6
Empresas em Geral	14.398,3	14.093,7	14.604,1	3,6	1,4	139.925,6	146.864,9	5,0
Entidades Filantrópicas (4)	163,9	165,2	170,7	3,3	4,1	1.598,6	1.668,2	4,4
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.314,0	1.212,5	1.270,5	4,8	(3,3)	12.938,3	13.482,5	4,2
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	571,0	589,7	626,8	6,3	9,8	5.249,3	5.892,8	12,3
Clubes de Futebol	5,6	8,2	7,4	(8,9)	33,0	98,8	112,8	14,1
Comercialização da Produção Rural (7)	334,5	322,7	289,9	(10,2)	(13,3)	3.200,3	3.150,9	(1,5)
Retenção (11%)	1.856,2	2.019,3	2.019,1	(0,0)	8,8	17.482,6	19.363,6	10,8
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	45,3	21,7	26,6	22,6	(41,2)	358,6	260,6	(27,3)
Reclamatória Trabalhista	224,4	236,0	280,6	18,9	25,0	2.185,0	2.535,1	16,0
Outras Receitas	12,9	29,3	28,4	(3,2)	119,4	142,7	194,7	36,4
1.2. Recuperação de Créditos	1.495,3	1.591,2	1.425,0	(10,4)	(4,7)	10.914,2	13.397,8	22,8
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	0,2	0,3	7,0	2.229,6	4.360,6	1,7	11,1	556,1
Arrecadação / Lei 11.941/09	408,3	325,7	310,1	(4,8)	(24,1)	3.386,7	3.500,8	3,4
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	10,2	461,3	450,0	(2,5)	4.329,8	108,7	2.241,3	1.961,4
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	0,4	0,9	0,9	(0,7)	132,9	15,9	21,9	38,4
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	349,8	239,3	62,7	(73,8)	(82,1)	1.325,5	1.358,1	2,5

	OUT-11 (A)	SET-12 (B)	OUT-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A OUT)		VAR. %
						2011	2012	
Débitos (14)	174,5	54,7	48,7	(11,0)	(72,1)	1.193,7	635,8	(46,7)
Parcelamentos Convencionais (15)	552,0	509,0	545,6	7,2	(1,1)	4.882,0	5.628,7	15,3
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(25,0)	(23,8)	(40,6)	70,9	62,1	(244,3)	(302,5)	23,8
1.4. Transferências a Terceiros	(2.176,9)	(2.337,9)	(2.295,5)	(1,8)	5,4	(22.443,6)	(24.365,8)	8,6
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	23.157,7	32.964,0	25.200,0	(23,6)	8,8	244.332,5	262.510,7	7,4
Pagos pelo INSS	22.822,7	32.593,8	24.749,4	(24,1)	8,4	237.564,5	256.100,8	7,8
Sentenças Judiciais - TRF (17)	335,1	370,2	450,6	21,7	34,5	6.768,0	6.409,9	(5,3)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(1.407,6)	(11.199,9)	(2.818,7)	(74,8)	100,2	(38.992,8)	(42.894,0)	10,0

No acumulado de janeiro a outubro de 2012, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 219,6 bilhões e R\$ 262,5 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 42,9 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2011, a arrecadação líquida cresceu 7,0% (+R\$ 14,3 bilhões), as despesas com benefícios previdenciários 7,4% (+R\$ 18,2 bilhões) e a necessidade de financiamento 10,0% (+R\$ 3,9 bilhões).

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2012, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2011, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2012, que em outubro determinou o valor recebido por 67,2% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2012, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2011.

Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

As receitas correntes somaram R\$ 23,3 bilhões, em outubro de 2012, crescimento de 3,4% (+R\$ 757,7 milhões), frente ao mês de setembro de 2012, e de R\$ 3,7% (+R\$ 835,6 milhões), quando comparado a outubro de 2011. Entre outubro de 2012 e o mês correspondente de 2011, as rubricas de empresas em geral e as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, registraram elevação de 1,4% (+R\$ 205,8

Tabela 2 (continuação)

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Outubro/2011, Setembro/2012, Outubro/2012 e Acumulado de Janeiro a Outubro (2010 e 2011) – Valores em R\$ milhões de Outubro/2012 - INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada através do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS.

(1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.

(2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.

(3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.

(4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que tem isenção da cota patronal.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.

(6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE, do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios..

(7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

(8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

(9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.

(10) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcela de débitos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência

(13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(15) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.

(16) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação

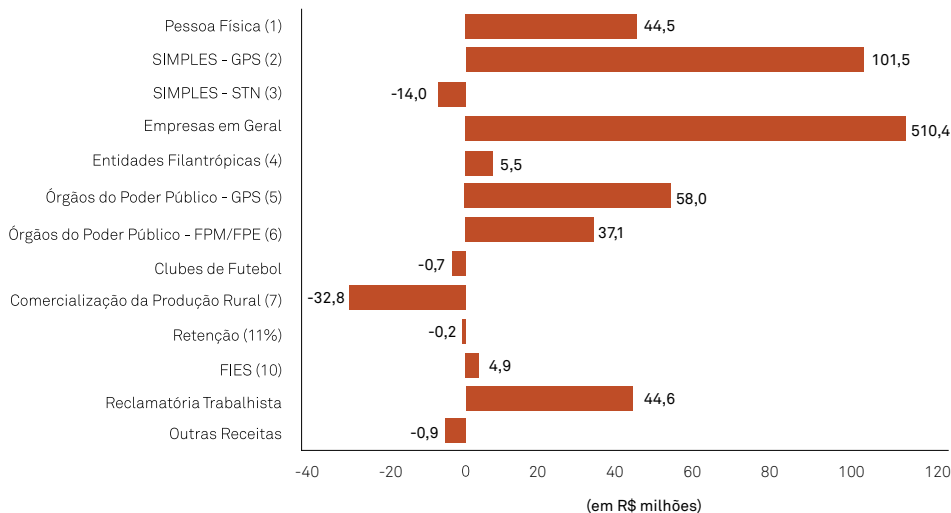
(17) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam alocadas aos Tribunais, não mais sendo pagos pelo INSS.

milhões) e 13,1% (+R\$ 359,6 milhões), respectivamente. Entre outubro de 2012 e o mês anterior, a arrecadação de empresas em geral cresceu 3,6% (+R\$ 510,4 milhões) e a das optantes pelo SIMPLES, cresceu 2,9% (+R\$ 87,5 milhões).

Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (Outubro) de 2012 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Outubro/2012 (INPC)

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS*



No acumulado de janeiro a outubro de 2012, as receitas correntes somaram R\$ 230,9 bilhões, 6,3% (+R\$ 13,8 bilhões) superior o registrado no mesmo período de 2011. Quase todas as rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2010, com exceção da rubrica de Comercialização da Produção Rural com pequeno recuo de 1,5% (-R\$ 49,4 milhões) e o Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES) que diminuiu 27,3% (-R\$ 98,1 milhões). Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral (5,0%, ou seja, +R\$ 6,9 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, (10,8%, ou seja, +R\$ 2,8 bilhões) e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra (10,8%, ou seja, +R\$ 1,9 bilhão), que representaram juntas 84,6% do total de receitas correntes.

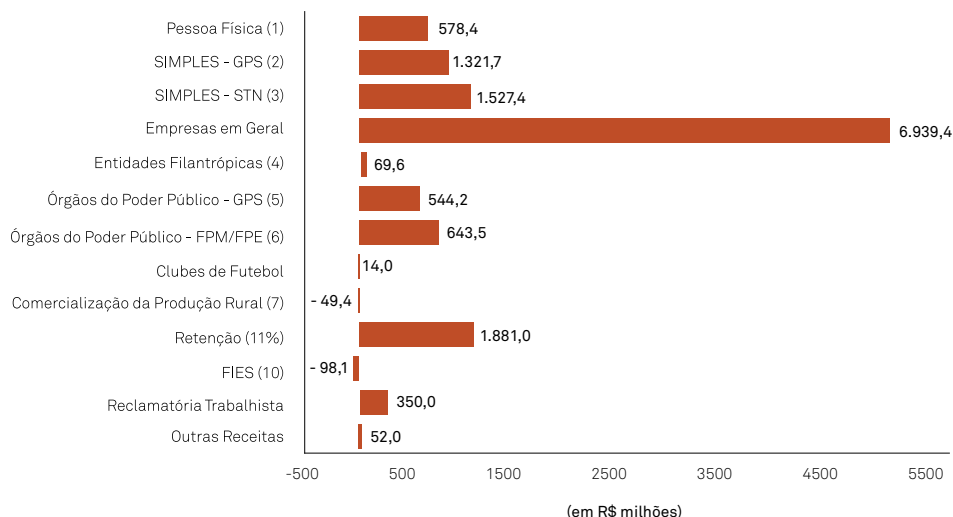


Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Outubro) de 2012 em relação a 2011 - Em R\$ milhões de Outubro/2012 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)

Elaboração: SPPS/MPS

De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de setembro de 2011.

Mercado de Trabalho (setembro/2012)



Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED: Segundo os dados do CAGED, em setembro de 2012, foram gerados 150.334 empregos formais celetistas, correspondentes ao crescimento de 0,39% em relação ao estoque mês anterior. Tal resultado manteve a trajetória de crescimento do emprego formal observado nos últimos anos, sinalizando, contudo, uma perda de dinamismo já apontada nos meses anteriores. O aumento do emprego em setembro foi oriundo da declaração de 1.664.747 admissões, o terceiro maior volume para o mês, e de 1.514.413 desligamentos, o segundo para o período.. Os dados segundo recorte setorial mostram que quase todos os setores expandiram o nível de emprego em setembro. Em termos absolutos, os destaques foram: Indústria de Transformação (+66.191 postos ou +0,80%), a maior taxa de crescimento dentre os setores de atividade econômica, resultado muito próximo do verificado em setembro de 2011 (+66.269 postos ou +0,80%), Serviços (+55.221 postos ou +0,35%), Comércio (+35.919 postos ou +0,42%) e Construção Civil (+10.175 postos ou +0,33%). A Agricultura, por motivos sazonais, foi o único setor que registrou queda no emprego (-19.014 postos ou -1,13%), indicando, porém, uma redução na queda, comparativamente ao resultado de 2011 (-20.874 postos ou -1,21%). Em termos geográficos, verificou-se expansão generalizada do emprego nas cinco Grandes Regiões, cabendo a liderança ao Nordeste (+71.246 postos), seguido do Sudeste (+43.749 postos),

Sul (+24.731 postos), Centro Oeste (+5.414 postos) e Norte (+5.194 postos). Em termos relativos, os resultados foram: Nordeste (+1,17%), Sul (+0,35%), Norte (+0,30%), Sudeste (+0,21%) e Centro-Oeste (+0,18%). 8. Quanto às Unidades da Federação, verificou-se expansão do emprego em vinte e três, com duas registrando o terceiro maior saldo para o mês. Os destaques positivos foram: Alagoas (+27.572 postos ou +8,72%, a maior taxa de crescimento no mês, entre todas as UFs), São Paulo (+26.339 postos ou +0,21%), Pernambuco (+18.890 postos ou +1,46%), Rio de Janeiro (+15.863 postos ou +0,43%) e Paraná (+9.559 postos ou +0,37%). Os estados que obtiveram o terceiro melhor resultado para o mês foram o Ceará (+8.826 postos ou +0,84%) e Roraima (+544 postos ou +1,22%, a maior taxa de crescimento entre os estados da região Norte). As reduções do emprego ocorreram em Minas Gerais (-1.180 postos ou -0,03%), Tocantins (-933 postos ou -0,66%), Acre (-101 postos ou -0,13%) e Rondônia (-91 postos ou -0,04%).

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME: De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego, a população ocupada, estimada em 23,2 milhões em setembro de 2012 para o conjunto das seis regiões, assinalando elevação frente a agosto (0,9%). No confronto com setembro do ano passado, verificou-se aumento de 2,3%, o que representou um adicional de 512 mil pessoas nesse contingente em 12 meses. De agosto para setembro de 2012, a análise do contingente de ocupados por grupamentos de atividade econômica, mostrou variação significativa apenas no Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis (aumento de 3,7%, mais 153 mil pessoas). No confronto com setembro do ano passado, o Comércio apresentou elevação de 4,8% (199 mil pessoas) e os Outros serviços de 3,9% (mais 156 mil pessoas).. O nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) foi estimado em setembro de 2012 em 54,5% para o total das seis regiões. Nas comparações mensal (agosto) e anual (setembro de 2011) esse indicador registrou elevação de 0,5 ponto percentual. Regionalmente, na comparação mensal, esse indicador aumentou na Região Metropolitana de Salvador (1,2 ponto percentual) e em Belo Horizonte (1,2 ponto percentual). Frente a setembro do ano passado, ocorreu alta em Recife

(2,6 ponto percentual) e em Belo Horizonte (1,3 ponto percentual). O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, em setembro desse ano, foi estimado em 11,4 milhões no agregado das seis regiões pesquisadas. Este resultado não variou frente a agosto último, entretanto, verificou-se crescimento de 3,6% na comparação com setembro de 2011, o que representou um adicional de 393 mil postos de trabalho com carteira assinada no período de um ano. Em setembro de 2012, o contingente de desocupados, foi estimado em 1,3 milhão de pessoas no agregado das seis regiões investigadas, refletindo estabilidade em relação ao mês anterior e queda de 8,6% frente a setembro do ano passado (menos 125 mil pessoas nessa condição, em 12 meses). Frente a agosto último, a análise regional mostrou variação no contingente de desocupados apenas na Região Metropolitana de São Paulo (12,8%). No confronto com setembro de 2011, verificou-se variação significativa nesse contingente nas Regiões Metropolitanas de Salvador (-29,4%), Belo Horizonte (-18,5%), Rio de Janeiro (-21,8%) e Porto Alegre (-26,4%). Ocorreu estabilidade em São Paulo e Recife. A taxa de desocupação apurada em setembro de 2012 foi estimada em 5,4% para o conjunto das seis regiões metropolitanas. Na comparação com agosto (5,3%), não ocorreu variação estatisticamente significativa. Frente a setembro de 2011, quando a taxa foi estimada em 6,0%, ocorreu declínio significativo de 0,6 ponto percentual nesse indicador.

Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES: De acordo com a PIMES/IBGE, em setembro de 2012, o total do pessoal ocupado na indústria mostrou variação de -0,3% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após registrar ligeira variação negativa de 0,1% em agosto e acréscimo de 0,2% em julho. O índice de média móvel trimestral repetiu no trimestre encerrado em setembro (0,0%) o patamar dos meses de agosto e julho e permaneceu com o comportamento de menor dinamismo observado desde outubro do ano passado. Ainda na série com ajuste sazonal, na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o emprego industrial mostrou variação negativa de 0,1% no terceiro trimestre de 2012, quarto trimestre consecutivo de resultados negativos,

acumulando nesse período perda de 1,8%. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 1,9% em setembro de 2012, décimo segundo resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto. Nas comparações contra igual período do ano anterior, o total do pessoal ocupado assalariado recuou tanto no fechamento do terceiro trimestre de 2012 (-1,8%), como no índice acumulado dos nove meses do ano (-1,4%). A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao registrar queda de 1,2% em setembro de 2012, prosseguiu com a trajetória descendente iniciada em fevereiro de 2011 (3,9%). Setorialmente, ainda no índice mensal, o total do pessoal ocupado assalariado recuou em treze dos dezoito ramos pesquisados, com destaque para as pressões negativas vindas de vestuário (-11,6%), calçados e couro (-6,4%), têxtil (-6,4%), meios de transporte (-3,2%), outros produtos da indústria de transformação (-4,2%), madeira (-7,4%), papel e gráfica (-2,9%) e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-2,5%). Por outro lado, o principal impacto positivo sobre a média da indústria foi observado no setor de alimentos e bebidas (3,5%). No índice acumulado nos nove meses de 2012 o emprego industrial permaneceu em queda (-1,4%), com taxas negativas em doze dos quatorze locais e em quatorze dos dezoito setores investigados. Entre os locais, São Paulo (-3,2%) apontou o principal impacto negativo no total da indústria, vindo a seguir Região Nordeste (-2,3%), Santa Catarina (-1,4%), Rio Grande do Sul (-1,3%), Ceará (-2,7%) e Bahia (-2,4%). Por outro lado, Paraná (2,7%) e

Minas Gerais (1,0%) exerceram as pressões positivas no índice acumulado no ano. Setorialmente, as contribuições negativas mais relevantes sobre a média nacional vieram de vestuário (-8,6%), calçados e couro (-6,3%), produtos de metal (-4,1%), têxtil (-5,6%), papel e gráfica (-3,9%), madeira (-8,3%), 13 borracha e plástico (-2,7%) e metalurgia básica (-3,7%), enquanto os setores de alimentos e bebidas (3,8%), máquinas e equipamentos (1,5%) e indústrias extrativas (3,9%) responderam pelas principais influências positivas.

Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria – CNI: De acordo com a CNI, os indicadores industriais de setembro apontam queda da atividade industrial na comparação com o mês anterior. O faturamento e as horas trabalhadas dessazonalizados, que são indicadores mais diretamente ligados à atividade, caíram 1,7% e 0,7%, respectivamente. Na média do terceiro trimestre, o faturamento expandiu 0,7% frente ao trimestre anterior e as horas trabalhadas registraram queda de 0,3%. A massa salarial caiu 0,6% entre agosto e setembro (indicador sem ajuste sazonal). Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o indicador passou a mostrar queda em setembro (-0,1%). Essa foi a primeira queda frente ao mesmo mês do ano anterior desde dezembro de 2009. O rendimento médio real do trabalhador da indústria recuou 1,0% em setembro frente ao mês anterior (indicador sem ajuste sazonal). Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, indicador aumentou 5,7% em agosto para 0,6% em setembro.

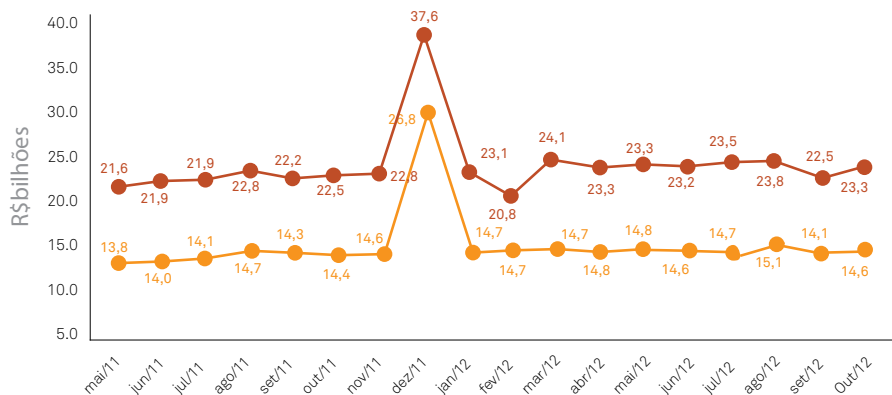


Gráfico 4

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Outubro/2012 – INPC

Legendas

- Empresas em Geral
- Receitas correntes

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

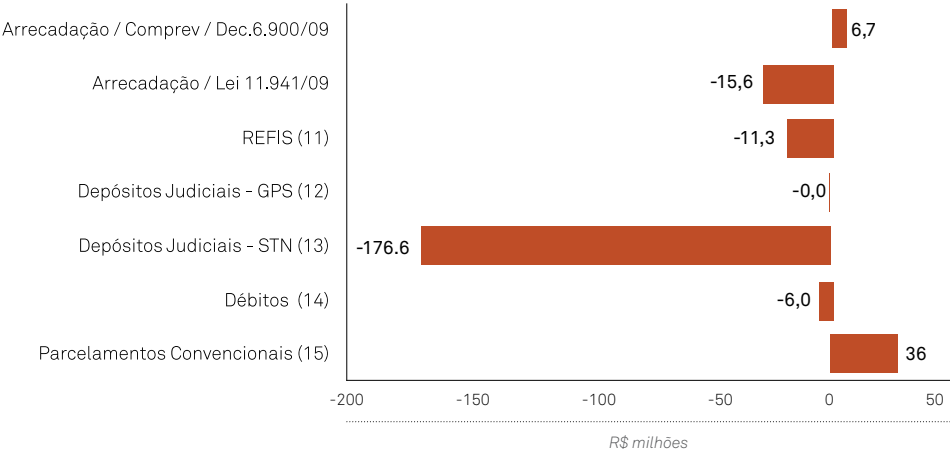
Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em outubro de 2012, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 1,4 bilhão, queda de 10,4% (-R\$ 166,2 milhões), em relação a setembro de 2012, e de 4,7% (-R\$ 70,3 milhões), frente a outubro de 2011. A variação negativa mais forte em relação a setembro de 2012 foi registrada nos depósitos judiciais – STN com queda de 73,8% (-R\$ 176,6 milhões). Já os parcelamentos convencionais cresceram, nessa mesma comparação, 7,2% (+R\$ 36,6 milhões).

Gráfico 5

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Outubro/2012) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Outubro/2012 (INPC)

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SP/PS/MPS*



De janeiro a outubro de 2012, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 13,4 bilhões, superior 22,8% (+R\$ 2,5 bilhões) em relação ao mesmo período de 2011. O melhor desempenho positivo foi registrado no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS com um acréscimo de R\$ 2,1 bilhões, seguido da rubrica de Parcelamentos Convencionais com acréscimo de R\$ 746,8.

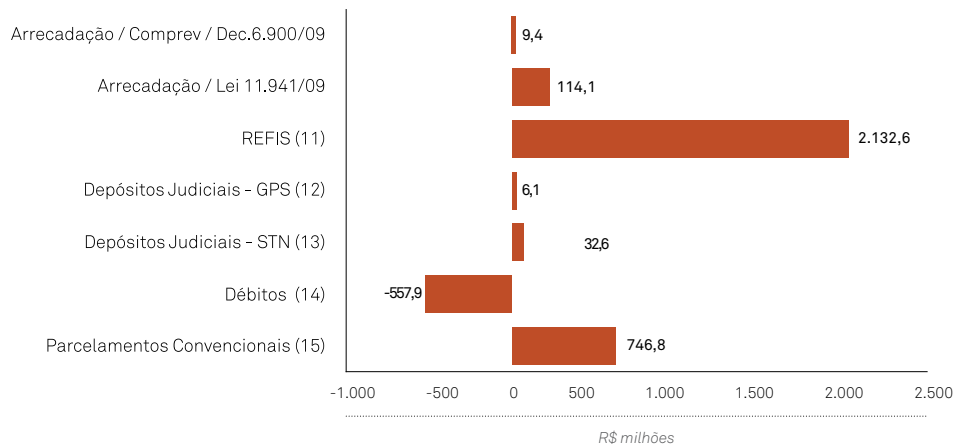


Gráfico 6

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Outubro) de 2012 em relação a 2011 - Em R\$ milhões de Outubro/2012 (INPC)

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SP/PS/MPS*

Benefícios Emitidos e Concedidos



Em outubro de 2012, a quantidade de benefícios emitidos foi de 29,9 milhões, ocorrendo ligeiro aumento de 0,3% (+81,8 mil benefícios) frente a setembro de 2011 e de 3,3% (+960,3 mil de benefícios), quando comparado a outubro de 2011. Nessa última comparação, os Benefícios Previdenciários apresentaram maiores crescimentos, em termos percentuais, de 3,4% (+814,6 mil benefícios), seguido dos Benefícios Assistenciais e Acidentários, que aumentaram 3,3% (+126,7 mil) e de 0,7% (+5,4 mil benefícios) respectivamente, conforme pode ser visto na Tabela 3.

	OUT-11 (A)	SET-12 (B)	OUT-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)
TOTAL	28.898.031	29.776.580	29.858.380	0,3	3,3
PREVIDENCIÁRIOS	24.213.349	24.958.492	25.027.940	0,3	3,4
Aposentadorias	16.043.803	16.564.905	16.611.224	0,3	3,5
Idade	8.403.164	8.701.225	8.729.071	0,3	3,9
Invalidez	3.000.003	3.051.946	3.054.819	0,1	1,8
Tempo de Contribuição	4.640.636	4.811.734	4.827.334	0,3	4,0
Pensão por Morte	6.768.404	6.925.703	6.938.889	0,2	2,5
Auxílio-Doença	1.256.832	1.306.294	1.316.571	0,8	4,8
Salário-Maternidade	77.724	85.246	84.119	(1,3)	8,2
Outros	66.586	76.344	77.137	1,0	15,8
ACIDENTÁRIOS	833.587	838.425	839.022	0,1	0,7
Aposentadorias	172.632	179.714	180.281	0,3	4,4
Pensão por Morte	124.187	122.675	122.498	(0,1)	(1,4)
Auxílio-Doença	179.897	175.809	176.115	0,2	(2,1)
Auxílio-Acidente	287.182	293.789	294.063	0,1	2,4
Auxílio-Suplementar	69.689	66.438	66.065	(0,6)	(5,2)
ASSISTENCIAIS	3.839.715	3.954.584	3.966.386	0,3	3,3

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Outubro/2011, Setembro/2012 e Outubro/2012)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SP/PS/MPS

Tabela 3 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Outubro/2011, Setembro/2012 e Outubro/2012)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SP/PS/MPS

	OUT-11 (A)	SET-12 (B)	OUT-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)
Amparos Assistenciais (LOAS)	3.566.274	3.720.264	3.734.676	0,4	4,7
Idoso	1.678.895	1.730.781	1.735.781	0,3	3,4
Portador de Deficiência	1.887.379	1.989.483	1.998.895	0,5	5,9
Pensões Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-
Rendas Mensais Vitalícias	259.724	234.320	231.710	(1,1)	(10,8)
Idade	61.494	52.354	51.461	(1,7)	(16,3)
Invalidez	198.230	181.966	180.249	(0,9)	(9,1)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	25.097	25.079	25.032	(0,2)	120,0

Da quantidade média de 29,4 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a outubro de 2012, 57,7% (17,0 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,1% (8,6 milhões) a beneficiários da área rural e 13,3% (3,9 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2004 a 2012, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 29,9% no meio urbano, de 25,3% no meio rural e de 58,5% nos assistenciais.

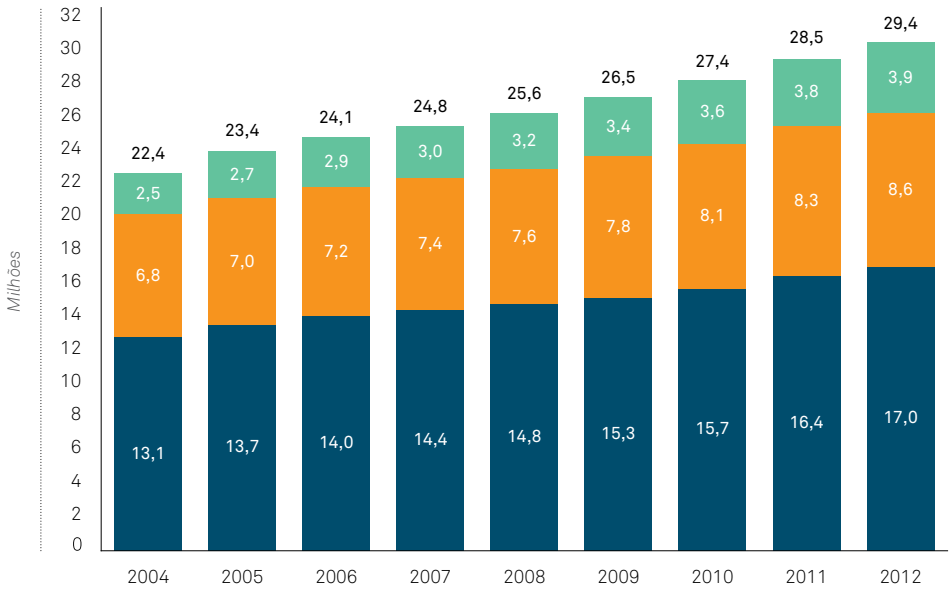
Gráfico 7

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2004 a 2012)
- Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Outubro

Legenda

- Urbano
- Rural
- Assistencial

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SP/PS/MPS



O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 898,09, média de janeiro a outubro de 2012, ocorrendo crescimento de 3,9% em relação ao mesmo período de 2011. Entre o acumulado de janeiro a outubro de 2012 e período correspondente de 2005, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 26,7% (Gráfico 8).

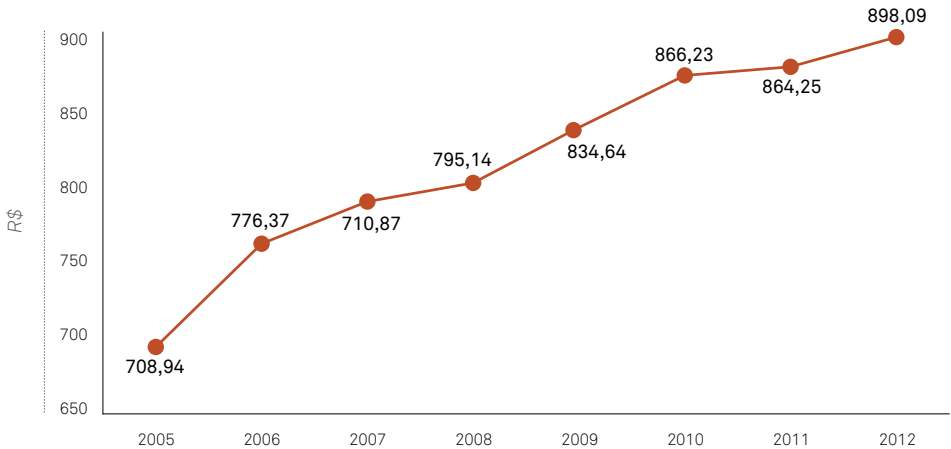


GRÁFICO 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Outubro de cada ano) em R\$ de Outubro/2012 (INPC)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

Em outubro de 2012, foram concedidos 461,6 mil novos benefícios, crescimento de 10,1% (+42,5 mil benefícios) em relação ao mês anterior e de 19,0% (+73,6 mil benefícios), quando comparado com outubro de 2011. Todos os grandes grupos apresentaram crescimento, seja entre outubro e setembro de 2012 ou entre outubro de 2012 e outubro de 2011. Na primeira e segunda comparação os maiores crescimentos ocorreram entre os Benefícios Assistenciais, 11,8% e 23,0% respectivamente, conforme pode ser visto na Tabela 4.

	OUT-11 (A)	SET-12 (B)	OUT-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A OUT		VAR. %
						2011	2012	
TOTAL	387.946	419.044	461.560	10,1	19,0	4.034.044	4.204.756	4,2
PREVIDENCIÁRIOS	333.812	363.034	399.156	10,0	19,6	3.445.201	3.642.180	5,7
Aposentadorias	89.428	93.994	101.893	8,4	13,9	897.941	933.797	4,0
Idade	48.915	53.826	58.067	7,9	18,7	489.037	522.626	6,9
Invalidez	15.454	14.734	16.344	10,9	5,8	156.821	157.303	0,3
Tempo de Contribuição	25.059	25.434	27.482	8,1	9,7	252.083	253.868	0,7
Pensão por Morte	32.305	33.547	36.814	9,7	14,0	334.208	338.314	1,2

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social – Outubro/2011, Setembro/2012, Outubro/2012 e Acumulado de Janeiro a Outubro (2011 e 2012)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPPS/MPS

Tabela 4 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social – Outubro/2011, Setembro/2012, Outubro/2012 e Acumulado de Janeiro a Outubro (2011 e 2012)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPSPS/MPS

	OUT-11 (A)	SET-12 (B)	OUT-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A OUT		VAR. %
						2011	2012	
Auxílio-Doença	165.851	180.772	202.328	11,9	22,0	1.708.219	1.832.820	7,3
Salário-Maternidade	44.062	52.057	55.290	6,2	25,5	481.184	510.905	6,2
Outros	2.166	2.664	2.831	6,3	30,7	23.649	26.344	11,4
ACIDENTÁRIOS	28.066	27.375	30.429	11,2	8,4	295.747	285.161	(3,6)
Aposentadorias	888	898	1.045	16,4	17,7	9.594	9.951	3,7
Pensão por Morte	64	51	49	(3,9)	(23,4)	647	526	(18,7)
Auxílio-Doença	25.731	25.280	27.790	9,9	8,0	272.731	261.083	(4,3)
Auxílio-Acidente	1.371	1.134	1.538	35,6	12,2	12.662	13.501	6,6
Auxílio-Suplementar	12	12	7	(41,7)	(41,7)	113	100	(11,5)
ASSISTENCIAIS	25.871	28.517	31.890	11,8	23,3	291.685	276.245	(5,3)
Amparos Assistenciais - LOAS	25.848	28.517	31.890	11,8	23,4	291.382	276.176	(5,2)
Idoso	11.103	13.470	14.755	9,5	32,9	132.047	128.780	(2,5)
Portador de Deficiência	14.745	15.047	17.135	13,9	16,2	159.335	147.396	(7,5)
Pensões Mensais Vitalícias	23	-	-	-	(100,0)	301	69	(77,1)
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	2	-	(100,0)
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	2	-	(100,0)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	197	118	85	(28,0)	(56,9)	1.411	1.170	(17,1)

No acumulado de janeiro a outubro de 2012, a quantidade de benefícios concedidos somou cerca de 4,2 milhões, aumento de 4,2% (+170,7 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2011. Os Benefícios Previdenciários registraram crescimento de 5,7% (+197,0 mil benefícios) e os Benefícios Acidentários e Assistenciais redução de 3,6% (-10,6 mil benefícios) e de 5,3% (-15,4 mil benefícios), respectivamente.



The background of the image is a blurred photograph of a financial newspaper. The left side shows a dense grid of numbers and text, likely a stock market listing. The right side features a green overlay with a white line graph and some text. The word 'Anexos' is prominently displayed in white on the green background.

Anexos

Fluxo de Caixa

2012 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPPS/MPS

ITENS DE RECEITA E DESPESA	JAN
1. SALDO INICIAL	12.313.715
2. RECEBIMENTOS	29.939.275
2.1. ARRECADAÇÃO	23.340.100
- Arrecadação Bancária	20.640.892
- SIMPLES (1)	2.108.235
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	99.714
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	191
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	371.979
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	28.045
- Quitação de Dívidas (6)	-
- Depósitos Judiciais (7)	102.349
- Restituições de Arrecadação	(11.306)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	204
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	41.399
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional)(8)	1.417.566
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.140.005
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	223.422
- Concursos e Prognósticos	17.299
- Operações de Crédito Externa	-
- COFINS	726.485
- COFINS/LOAS	3.176.717
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib.- EPU	168.003
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS)/ PASEP / Outros	-

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES											
FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2012
12.471.440	12.575.221	17.941.284	12.056.968	12.634.609	12.855.069	18.493.065	16.976.499	12.469.472			12.313.715
29.425.553	35.072.012	26.866.353	30.530.560	30.257.046	36.387.686	31.704.441	33.993.272	31.017.691			315.193.889
21.055.916	24.412.548	23.951.481	24.066.359	23.939.845	24.570.425	24.881.304	23.980.203	24.724.234			238.922.417
20.518.892	20.782.645	21.403.396	21.638.953	21.395.328	21.726.897	22.172.781	20.954.615	21.899.967			213.134.368
131.738	3.015.919	1.826.008	1.785.005	1.905.602	2.135.446	1.941.120	2.008.238	2.008.457			18.865.767
85.849	105.505	137.663	209.236	216.172	216.039	227.058	458.026	449.954			2.205.216
1.112	1.164	50	31	16	434	662	299	7.010			10.969
394.559	339.444	384.617	314.120	312.700	336.403	329.898	323.417	310.074			3.417.211
11.882	20.071	34.450	36.079	30.494	27.630	17.782	21.554	26.622			254.609
-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
(65.864)	174.127	185.100	157.581	123.374	143.189	210.076	237.627	62.730			1.330.288
(22.251)	(26.327)	(19.802)	(74.647)	(43.841)	(15.613)	(18.073)	(23.572)	(40.579)			(296.011)
449	(48.164)	(47.963)	(117.354)	(120.271)	(132.052)	(176.350)	(180.807)	(167.633)			(989.941)
11.467	20.524	17.475	28.822	31.931	22.780	20.023	17.055	11.905			223.381
5.102.243	6.676.520	(2.836.800)	2.282.080	2.436.494	8.114.632	(8.625.761)	(1.028.137)	2.381.815			15.920.652
3.255.477	4.010.584	5.782.160	4.270.652	3.969.047	3.811.902	15.605.224	11.204.958	4.067.370			61.117.380
327.887	323.026	2.902.488	340.644	438.224	477.750	240.565	291.660	347.926			5.913.591
38.013	37.461	27.305	44.558	41.457	55.615	53.721	57.542	3.558			376.530
-	-	-	-	-	-	-	120	-			120
51	75	-	0	1	-	11.899.000	7.966.778	-			20.592.389
2.220.000	2.601.102	1.976.450	2.911.581	2.352.704	2.453.964	2.490.386	2.145.400	2.862.640			25.190.943
95.000	95.000	73.500	190.000	145.000	50.000	155.000	30.000	155.000			1.156.503
-	-	-	-	-	-	-	-	-			-

continua ▀

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/ FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA		JAN
- Recursos Ordinários - Contrapartida		-
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)		798.079
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF		30.000
3. PAGAMENTOS		29.748.540
3.1. PAGAMENTOS INSS		26.080.793
3.1.1. BENEFÍCIOS		24.987.481
- Total de Benefícios		25.125.094
- Devolução de Benefícios		(104.603)
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS		22.603.118
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS		22.454.016
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (9)		149.101
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS		2.384.363
3.1.1.2.1. EPU T.N.		83.348
3.1.1.2.2. LOAS		2.301.015
3.1.2. PESSOAL (10)		913.330
3.1.3. CUSTEIO (11)		179.982
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)		3.667.747
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)		19.597.725
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)		(3.005.392)
6. SALDO ARREC. LÍQ.- BENEFL(4 – 3.1.1)		(5.389.756)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)		190.735
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3)(13)		12.504.450

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES											
FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2012
-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
574.527	953.921	802.417	783.869	991.661	774.573	765.915	713.332	696.636			7.854.929
-	-	-	-	-	-	637	126	1.610			32.374
29.289.571	29.670.291	32.724.558	29.923.679	30.009.054	30.723.013	33.196.219	38.471.054	30.890.336			314.646.315
27.081.427	27.523.151	30.582.786	27.723.779	27.748.007	28.482.972	30.897.134	36.149.624	28.594.854			290.864.527
26.450.472	26.505.490	29.607.501	26.935.489	26.926.493	27.418.313	30.033.186	35.327.612	27.784.205			281.976.244
26.606.204	26.673.450	29.775.417	27.097.589	27.147.446	27.535.380	30.188.146	35.662.138	27.832.111			283.642.976
(123.531)	(132.302)	(141.804)	(132.860)	(193.421)	(90.389)	(130.173)	(305.281)	(20.656)			(1.375.019)
23.945.765	23.985.884	27.081.244	24.393.984	24.389.166	24.864.976	27.470.784	32.731.710	25.199.977			256.666.608
23.626.115	23.660.446	24.146.141	24.015.707	23.919.716	24.284.666	27.194.234	32.364.117	24.749.405			250.414.563
319.650	325.438	2.935.103	378.278	469.450	580.309	276.550	367.593	450.572			6.252.044
2.504.707	2.519.606	2.526.257	2.541.505	2.537.327	2.553.338	2.562.402	2.595.902	2.584.229			25.309.636
79.086	78.475	78.456	78.378	78.277	78.110	81.359	110.056	77.697			823.242
2.425.621	2.441.130	2.447.801	2.463.127	2.459.050	2.475.228	2.481.044	2.485.846	2.506.532			24.486.394
520.615	833.018	657.145	656.400	657.632	887.959	658.437	658.011	659.981			7.102.529
110.339	184.644	318.140	131.889	163.882	176.699	205.511	164.001	150.668			1.785.755
2.208.145	2.147.139	2.141.772	2.199.900	2.261.047	2.240.041	2.299.086	2.321.429	2.295.482			23.781.788
18.802.342	22.221.373	21.765.569	21.820.891	21.631.892	22.283.993	22.534.626	21.610.744	22.381.272			215.140.628
(5.143.423)	(1.764.511)	(5.315.676)	(2.573.094)	(2.757.274)	(2.580.983)	(4.936.158)	(11.120.966)	(2.818.705)			(41.525.980)
(7.648.130)	(4.284.116)	(7.841.932)	(5.114.599)	(5.294.601)	(5.134.320)	(7.498.560)	(13.716.868)	(5.402.934)			(66.835.615)
135.982	5.401.722	(5.858.205)	606.881	247.992	5.664.674	(1.491.779)	(4.477.781)	127.354			547.574
12.607.422	17.976.942	12.083.079	12.663.849	12.882.601	18.519.742	17.001.286	12.498.718	12.596.826			12.861.289

Fluxo de Caixa

Out/2012
(R\$ mil de Out/2012 - INPC)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00). (3)

Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam

descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL

2. RECEBIMENTOS

2.1. ARRECADADAÇÃO

- Arrecadação Bancária
- SIMPLES (1)
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)
- Quitação de Dívidas (6)
- Depósitos Judiciais(7)
- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS

2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)

2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)
- Concursos e Prognósticos
- Operações de Crédito Externa
- COFINS
- COFINS/LOAS
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros

VALORES EM MIL R\$ DE OUTUBRO/2012 - INPC							
OUT-11 I	SET-12 II	OUT-12 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A OUT-11 - IV	ACUM. JAN. A OUT-12 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %
12.320.383	17.096.990	12.469.472	(27,1)	1,2	117.291.693	144.011.546	22,8
28.346.443	34.186.170	30.970.210	(9,4)	9,3	306.131.582	322.032.017	5,2
23.926.965	24.102.033	24.676.754	2,4	3,1	227.783.391	243.982.438	7,1
21.325.179	21.103.341	21.899.967	3,8	2,7	205.538.702	218.118.729	6,1
1.858.207	2.022.491	2.008.457	(0,7)	8,1	17.769.162	19.296.540	8,6
10.157	461.276	449.954	(2,5)	4.329,8	108.730	2.241.308	1.961,4
157	301	7.010	2.229,6	4.360,6	1.690	11.086	556,1
408.303	325.713	310.074	(4,8)	(24,1)	3.386.700	3.500.820	3,4
45.250	21.707	26.622	22,6	(41,2)	358.640	260.566	(27,3)
-	-	-	-	-	-	-	-
349.803	239.313	62.730	(73,8)	(82,1)	1.325.541	1.358.095	2,5
(25.028)	(23.740)	(40.579)	70,9	62,1	(243.420)	(302.501)	24,3
138	(182.090)	(167.633)	(7,9)	(121.601,3)	156.183	(1.004.843)	(743,4)
20.334	17.176	11.905	(30,7)	(41,5)	394.700	229.156	(41,9)
553.019	(1.035.434)	2.381.815	(330,0)	330,7	24.634.633	16.477.906	(33,1)
3.845.988	11.284.485	4.067.370	(64,0)	5,8	53.162.675	62.347.360	17,3
288.941	293.730	347.926	18,5	20,4	7.036.591	6.069.386	(13,7)
20.423	57.951	3.558	(93,9)	(82,6)	178.890	385.174	115,3
-	121	-	(100,0)	-	11	121	1.010,0
349.834	8.023.322	-	(100,0)	(100,0)	13.607.128	20.840.292	53,2
2.663.433	2.160.627	2.862.640	32,5	7,5	23.216.226	25.791.057	11,1
66.559	30.213	155.000	413,0	132,9	1.045.821	1.184.473	13,3
-	-	-	-	-	-	-	-

continua ▀

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Divida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Divida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/ FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

- Recursos Ordinários - Contrapartida
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS

3.1. PAGAMENTOS INSS

3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS

3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF(9)

3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.2.1. EPU T.N.

3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL(10)

3.1.3. CUSTEIO (11)

3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)

4. ARRECADÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)

5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)

6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)

7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)

8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (13)

VALORES EM MIL R\$ DE OUTUBRO/2012 - INPC							
OUT-11 I	SET-12 II	OUT-12 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A OUT-11 - IV	ACUM. JAN. A OUT-12 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %
-	-	-	-	-	-	-	-
456.797	718.394	696.636	(3,0)	52,5	8.078.008	8.043.180	(0,4)
-	127	1.610	1.166,1	-	-	33.679	-
28.529.486	38.744.102	30.890.336	(20,3)	8,3	299.807.373	321.880.549	7,4
26.352.616	36.406.197	28.594.854	(21,5)	8,5	277.363.729	297.514.799	7,3
25.484.375	35.578.351	27.784.205	(21,9)	9,0	267.438.883	288.412.013	7,8
25.940.988	35.915.251	27.832.111	(22,5)	7,3	269.363.780	290.117.764	7,7
(425.159)	(307.448)	(20.656)	(93,3)	(95,1)	(1.674.571)	(1.406.853)	(16,0)
23.157.743	32.964.024	25.199.977	(23,6)	8,8	244.332.529	262.510.695	7,4
22.822.664	32.593.822	24.749.405	(24,1)	8,4	237.564.533	256.100.788	7,8
335.080	370.202	450.572	21,7	34,5	6.767.996	6.409.907	(5,3)
2.326.631	2.614.326	2.584.229	(1,2)	11,1	23.106.354	25.901.318	12,1
86.439	110.837	77.697	(29,9)	(10,1)	830.564	842.264	1,4
2.240.192	2.503.490	2.506.532	0,1	11,9	22.275.790	25.059.053	12,5
714.706	662.682	659.981	(0,4)	(7,7)	7.901.943	7.274.221	(7,9)
153.536	165.165	150.668	(8,8)	(1,9)	2.022.904	1.828.565	(9,6)
2.176.871	2.337.906	2.295.482	(1,8)	5,4	22.443.644	24.365.750	8,6
21.750.094	21.764.127	22.381.272	2,8	2,9	205.339.747	219.616.687	7,0
(1.407.649)	(11.199.897)	(2.818.705)	(74,8)	100,2	(38.992.782)	(42.894.008)	10,0
(3.734.281)	(13.814.224)	(5.402.934)	(60,9)	44,7	(62.099.136)	(68.795.325)	10,8
(183.043)	(4.557.933)	79.873	(101,8)	(143,6)	6.324.209	151.468	(97,6)
12.137.340	12.539.057	12.549.346	0,1	3,4	12.137.340	12.549.346	3,4

Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Out/2012 - INPC)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE OUTUBRO, A PREÇOS DE OUT/2012 INPC						
2002	114.323	7.964	106.360	129.447	121,7	(23.088)
2003	108.894	7.859	101.034	131.890	130,5	(30.856)
2004	120.921	9.140	111.781	146.993	131,5	(35.212)
2005	130.685	8.899	121.787	161.918	133,0	(40.132)
2006	145.487	11.072	134.414	186.548	138,8	(52.134)
2007	161.912	14.876	147.036	198.934	135,3	(51.898)
2008	178.468	17.609	160.860	203.626	126,6	(42.766)
2009	186.675	18.360	168.315	218.343	129,7	(50.028)
2010	208.115	20.172	187.943	236.189	125,7	(48.247)
2011	227.783	22.444	205.340	244.333	119,0	(38.993)
2012	243.982	24.366	219.617	262.511	119,5	(42.894)
out/10	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
nov/10	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
dez/10	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
jan/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
fev/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
mar/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
abr/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
mai/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
jun/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
jul/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
ago/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
set/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)
out/11	27.612	1.582	26.030	31.132	119,6	(5.101)

continua ▀

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
nov/11	23.834	2.168	21.666	26.110	120,5	(4.444)
dez/11	38.628	2.246	36.382	31.260	85,9	5.123
jan/12	24.270	3.826	20.444	23.579	115,3	(3.135)
fev/12	21.833	2.295	19.538	24.883	127,4	(5.345)
mar/12	25.277	2.227	23.050	24.880	107,9	(1.830)
abr/12	24.641	2.207	22.433	27.912	124,4	(5.479)
mai/12	24.622	2.255	22.367	25.005	111,8	(2.638)
jun/12	24.428	2.312	22.116	24.935	112,7	(2.819)
jul/12	24.966	2.280	22.685	25.313	111,6	(2.627)
ago/12	25.168	2.330	22.838	27.840	121,9	(5.003)
set/12	24.102	2.338	21.764	32.964	151,5	(11.200)
out/12	24.677	2.295	22.381	25.200	112,6	(2.819)

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de Out/2012 - INPC)



Gráfico 1

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios (Acumulado até o mês de Outubro de cada ano, em R\$ milhões de Out/2012 - INPC)

Legenda

- Arrecadação Líquida
- Benefícios Previdenciários

*Secretaria de Políticas
de Previdência Social*



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL